

Projeto: Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da produção acadêmica sobre acolhimento institucional para crianças e adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22, 519-528, 2010.

2) Resumo e Palavras-Chave – As instituições que abrigam crianças e adolescentes afastados do convívio familiar passaram a ter seu funcionamento regulamentado por lei a partir da década de 90, no Brasil. Isso gerou reformulações na constituição das equipes profissionais que atuavam nas mesmas, abalizando o exercício da profissão de mãe e pai social. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar as práticas desenvolvidas pelos pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, à luz de políticas públicas de desenvolvimento social e de estudos existentes em bases de dados nacionais. Observou-se um número restrito de publicações relacionadas às práticas dos pais sociais. Essa constatação traz à tona a importância de estudos sobre a repercussão da atuação dos pais sociais no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes institucionalizados.

Palavras-Chave: adolescentes; crianças; instituições de abrigo; pais sociais.

3) Objetivo do estudo – O objetivo deste trabalho é analisar as práticas desenvolvidas pelos pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, à luz de políticas públicas de desenvolvimento social e de estudos existentes em bases de dados nacionais.

4) Tipo de pesquisa – Bibliográfica.

5) Período da pesquisa – Artigo datado de 2010.

6) Forma de coleta de dados – A partir de consultas a regulamentações legais, políticas ligadas à proteção da criança e do adolescente, bem como pesquisas sobre instituições de acolhimento que discutem a atuação dos cuidadores.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Não identificado.

8) Resultados / dados produzidos – Verifica-se a existência de atribuições descritas e estabelecidas em lei (Lei n. 7.644, de 18 de dezembro de 1987) e na classificação sobre ocupações vigente no país (MTE, 2002), as quais indicam o perfil que tais profissionais devem possuir.

Por outro lado, pesquisas realizadas em abrigos brasileiros (Barros & Fiamenghi Jr., 2007; Bazon & Biasoli-Alves, 2000; Nogueira & Costa, 2005; Pereira & Costa, 2004; Prada, 2007; Weber et al., 2002) caracterizaram as práticas e crenças acerca do exercício profissional de cuidadores nesses contextos. Chama a atenção a quantidade restrita de publicações, revelando um campo de estudo ainda incipiente e que precisa de mais investigações. As pesquisas analisadas sugerem divergências entre as expectativas reguladoras dessa profissão e as práticas que os cuidadores demonstram na interação com as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade de cuidados. Condutas inadequadas e desfavoráveis ao desenvolvimento psicossocial da criança parecem ser comuns por parte desses profissionais. Frente a essa realidade, Prada (2007) afirma que os fatores de risco presentes nas famílias cujos filhos estão abrigados — que, na maioria das vezes, determinaram o abrigo — podem estar presentes também nos abrigos, os quais deveriam servir como local de proteção à criança e ao adolescente. A partir dos estudos revisados, percebe-se a ênfase dada à necessidade de uma política de recursos humanos que envolva capacitação permanente, incentivos e valorização dos profissionais cuidadores de instituições de acolhimento. A formação continuada desses profissionais, assim, deve buscar consciência social em prol do bem-estar da população atendida, considerando-se que o trabalho institucional traz repercussões diretamente relacionadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados e deve se constituir, de fato, em contexto de proteção. Além disso, a percepção do sentido e do impacto de suas práticas cotidianas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes não parece clara o suficiente. Ser pai e mãe social carrega em si aspectos complicadores para sua relação com as crianças acolhidas na instituição. Ao mesmo tempo em que se pretende assemelhar, provisoriamente, às funções parentais, esforços são feitos para profissionalizá-los, o que contribui para conferir ambiguidades à definição de atividades e competências desses profissionais. Eles devem exercer a função educativa, semelhante aos pais biológicos, mas com postura e visão técnicas, já que a relação que estabelecem com os acolhidos não deve substituir a da família de origem ou substituta. Segundo Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007), a transitoriedade e a permanência são realidades contraditórias, mas presentes nas instituições de abrigo. Concomitante ao trabalho que busca a reintegração da criança ao seio familiar, elas devem empreender esforços no sentido de propiciar um atendimento de qualidade, tendo em vista os casos em que o retorno à família de origem é inviável, e que esperam pela colocação em uma família substituta (Silva & Aquino, 2005). Dessa forma, os cuidadores podem deparar-se com conflitos em relação ao apego com a criança e o adolescente. O CONANDA/CNAS (2008) inclusive já recomendou a substituição do termo “mãe/pai social” por cuidador/educador residente, de modo a evitar ambiguidade de papéis, disputa com a família de origem, ou fortalecimento da ideia de permanência indefinida da criança/adolescente na instituição.

9) Recomendações – São necessárias mais investigações sobre as atividades, papéis e relações que caracterizam o acolhimento institucional, assim como a qualidade do ambiente e dos cuidados. Desse modo, considera-se importante novos estudos que visem a compreender melhor essa realidade para que se possa investir na profissionalização dos cuidadores.

Espera-se, ainda, contribuir para a área que se dedica ao estudo das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, chamando a atenção para a importância da elaboração e execução de programas de aperfeiçoamento profissional que subsidiem o trabalho de pais sociais e demais cuidadores.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.